



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM HISTÓRIAS E
CULTURAS AFRO-BRASILEIRA, INDÍGENA E AFRICANA**

MARIA ELISIANIA AVELINO BARROS SILVA

A História e Cultura do povo negro na sala de aula

**Redenção - CE, Brasil
2014**

Maria Elisiana Avelino Barros Silva A História e Cultura do Povo Negro na Sala de Aula

UNILAB

MARIA ELISIANIA AVELINO BARROS SILVA

A História e Cultura do povo negro na sala de aula

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Histórias e Culturas Afro- Brasileira, Indígena e Africana da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB como requisito para obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

Redenção - CE, Brasil
2014.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

Silva, Maria Elisiania Avelino Barros.

S578h

A história e cultura do povo negro na sala de aula. / Maria Elisiania Avelino Barros. Redenção, 2014.

43 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Indígena e Africana da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana.

Inclui Referências.

1. Discriminação na educação. 2. Racismo. 3. Relações Raciais. I. Título.

CDD 370

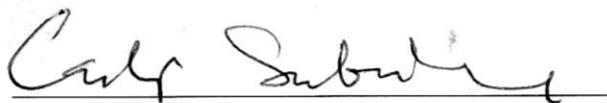
FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Elisiania Avelino Barros Silva

A História e Cultura do povo negro na sala de aula

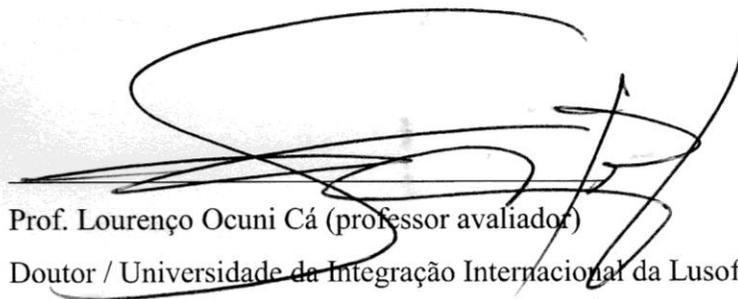
Data da aprovação: 11/04/2014

Banca examinadora:



Prof. Carlos Subuhana (professor orientador)

Doutor / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB



Prof. Lourenço Ocuni Cá (professor avaliador)

Doutor / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho,
a Deus e a todos que me ajudaram,
familiares , professor Carlos Subuhana e outros pela
oportunidade de viver e evoluir a cada dia respeitando e valorizando o ser humano de acordo
com seus limites.

AGRADECIMENTOS

- A Deus pela minha existência e por ter me dado coragem de superar os obstáculos e que eu possa prosseguir com determinação essa caminhada buscando força para vencer todos os desafios.
- A todos os meus familiares que me apoiaram e sempre me conduziram no caminho do amor e da verdade.
- Aos meus professores e colegas que me incentivaram e contribuíram para minha formação crítica
- Em especial ao professor Carlos Subuhana que com paciência e dedicação ajudou-me com ideias fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Maria Elisiania Avelino Barros Silva

Redenção / CE

2014

EPÍGRAFE

“A história não é uma disciplina a parte; é uma maneira de pensar todos os problemas humanos.”
(Vitorino Magalhães Godinho).

RESUMO

No presente trabalho estão expostas informações sobre as misturas étnicas afro-brasileiras construídas por seres humanos que tiveram suas vidas traçadas por situações constrangedoras na sua travessia transatlântica e que através dessa situação enriqueceram as Américas com uma cultura e uma História que está presente na memória, no corpo e na alma. O negro sofre pelo preconceito fundamentado na de cor de sua pele, mas foram os escravizados que contribuíram para que tivéssemos o atual multiculturalismo. Um grande avanço na Educação está se processando, principalmente quando nos referimos à História de um povo que através de movimentos sociais começou a valorizar seus antepassados, suas origens (a ligação permanente com a Mãe África) e sua identidade (o assumir-se negro com orgulho), mostrando que as diferenças tornam os seres humanos mais belos. Com a implementação da lei 10.639 /03, que expandiu a ideia de combater o racismo e o preconceito na sala de aula, tornamo-nos instrumentos para a sensibilização dos discentes no tocante à valorização das tradições culturais existentes em nossa sociedade. Através de atitudes e ações temos que mostrar que é na sala de aula que desconstruiremos as atitudes de preconceito e discriminação. Somos iguais, mas diferentes e precisamos respeitar as diferenças. Temos uma História e como sujeitos da mesma é fundamental estimularmos os nossos alunos a descobrirem suas raízes, quebrando paradigmas que foram construídos. Portanto, que seja exigido o reconhecimento dos valores que a nossa cultura negra disponibiliza.

Palavras Chave: Ensino da História, Multiculturalismo, Lei 10639 /03, Cultura.

ABSTRACT

In this paper we expose information about the Afro-Brazilian ethnic mixtures constructed by human beings whose lives were traced through embarrassing situations in their transatlantic crossing, which nevertheless enriched the Americas with a culture and history that is present in memory, body and soul. Black people suffer on account of the prejudice against the color of their skin, but it was the slaves that contributed for our present multiculturalism. A breakthrough in education is underway, especially when referring to the history of a people that by means of social movements began to value their ancestors, their origins (a permanent connection with Mother Africa) and their identity (the pride of being black), showing that differences make human beings more beautiful. With the implementation of Law 10,639 / 03, which expanded the idea of combating racism and prejudice in the classroom, we became instruments for the awakening of the students' awareness regarding the valuation of existing cultural traditions in our society. Through attitudes and actions we must show that it is in the classroom that attitudes of prejudice and discrimination are deconstructed. We are equal but different and we need to respect differences. We have a history and as its subject it is crucial for us to encourage our students to discover their roots, breaking paradigms that have been built. Hence, there should be required the recognition of the values offered by our black culture.

Keywords : History of Education , Multiculturalism , Law 10639 / 03 Culture

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO 1. Conceito de História	15
CAPÍTULO 2. Como chamar a atenção dos alunos para os conteúdos dos livros didáticos.....	23
2.1 A relação entre a história do continente africano e a cultura afro- brasileira na sala de aula no ensino de história.....	24
CAPÍTULO 3. Atitudes de preconceito e discriminação: que ações devem ser tomadas no combate em sala de aula e no Brasil.....	27
2.1 Direitos Humanos.....	27
2.1.1 Ser humano.....	27
CAPÍTULO 4. Como é visto o negro no Brasil.....	31
CAPÍTULO 5. O desinteresse da sociedade pela cultura negra	36
CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

1. INTRODUÇÃO

“Quando não souberes para onde ir, olha para trás e saiba pelo menos donde vens.” (Provérbio Akan).

O presente trabalho, como conclusão do curso de especialização em História e culturas afro-brasileira, indígena e africana, tem como questionamentos a História e a Cultura do povo negro na sala de aula.

Percebe-se que os alunos não têm entusiasmo pela disciplina de História. É como se fosse uma obrigação que não fizesse parte do currículo escolar. Talvez a explicação seja a quantidade de informação ou a metodológica usada, incapazes de gerar fascínio pelas aulas ministradas. A principal meta do educador deve ser o desafio de trabalhar com métodos que deem ênfase ao construtivismo, tornando o aluno participativo e crítico.

A prática do método do construtivismo, cada vez mais presente no ensino-aprendizagem, torna cada vez mais envolventes os assuntos abordados em sala de aula de forma dinâmica e participativa, levando a uma aprendizagem qualitativa, sem o processo de decoreba.

A valorização da cultura afro-brasileira é uma questão de muitos debates, pois a sociedade, de modo geral, precisa reconhecer e valorizar a sua identidade, seja ela indígena, branca ou negra. Como mediadores do processo educacional, nossa obrigação de educadores é buscar maneiras de incorporar nossas identidades no cotidiano escolar e incentivar os alunos a reconhecerem suas origens, de modo que se assumam como realmente são.

A identidade pessoal de cada um de nós só será valorizada quando a sociedade e o ser humano em si, se sensibilizarem e assumirem sua etnia. Isso fará com que cada vez mais o ensino de História seja importante.

É sabido que desde o século XIX teóricos como Tavares Bastos (Ano), Visconde de Uruguai (Ano) e Silvio Romero (Ano) sempre reconheceram que o Brasil era um país mestiço. Silvio Romero, por exemplo, via a mestiçagem como algo positivo, pois nela, segundo ele, residia o futuro de nossa pátria. Na miscigenação estaria o grande trunfo de nossa riqueza cultural, as nossas belezas, como por exemplo, as danças, as religiões, a culinária e outras tantas.

Este trabalho tem por objetivo desenvolver metodologias que despertem o entusiasmo e a curiosidade dos alunos pela disciplina de história, em especial quando se refere à cultura afro-brasileira, apontando alguns métodos que possibilitem o desenvolvimento das crianças na

construção de um ser histórico e crítico através do ensino-aprendizagem, afastando a ideia de que este processo seja cansativo e enfadonho.

Referencial Teórico

A pesquisa optou pela linha explicativa, que visa uma maior familiaridade com o problema, envolvendo levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que passaram por situações do problema pesquisado.

Pesquisa Explicativa: aprofunda o conhecimento e explica o porquê e a razão do acontecimento das coisas.

Pesquisa Bibliográfica: realizada a partir de material já publicado, aprofunda os estudos e tira dúvidas.

Método Fenomenológico: método em que o professor não induz a resposta, apenas incentiva o discente a interpretar e comprovar suas deduções, construindo assim seu próprio conhecimento.

A pesquisa realizada junto aos alunos e colegas professores com o objetivo de analisar o que causa o preconceito racial dentro da sala de aula, visando garantir uma observação e um empenho por parte dos docentes no problema em questão.

A finalidade é chegar a um consenso a respeito da identificação do ser negro, valorizando suas origens descobrindo maneiras de como desconstruir o preconceito e o racismo dentro da sala de aula.

Material e métodos

A pesquisa se constitui em um estudo descritivo e bibliográfico, realizado através de um estudo de caso com abordagem qualitativa. Foi realizada uma coleta de dados referentes aos procedimentos adotados pelos professores da Rede Municipal de Educação de Redenção, em especial junto aos que já trabalham com o projeto 'As Cores de Redenção'. O projeto citado tem como objetivo incentivar os alunos a reconhecerem sua identidade em interface com a cultura africana e a afro-brasileira. Em termos bibliográficos, fizemos uma pesquisa a partir de alguns autores e acervos disponíveis em livros e sites na internet.

O período de coleta de dados foi de fevereiro de 2012 a janeiro de 2014. Projetamos quatro etapas de trabalho, sendo a primeira, uma revisão bibliográfica; a segunda, a construção

dos elementos da pesquisa (pesquisa de campo); a terceira, análise do material coletado e a quarta, a redação do trabalho final.

A proposta deste trabalho – a história e cultura do povo negro na sala de aula - foi escolhida diante da relevância do assunto, pois muitos são os alunos negros que se sentem constrangidos, ao passar por situações em que as atitudes dos colegas ou demais membros da comunidade, revela o preconceito e a discriminação pela simples pigmentação da cor da pele.

O documento está composto por cinco capítulos. O primeiro capítulo aborda o conceito de História e cultura, visando a valorização da disciplina de História como fonte Importantíssima para o descobrimento de nossas origens humanas.

No segundo capítulo, ‘Como chamar a atenção dos alunos para os conteúdos dos livros didáticos’ abordamos e fazemos uma análise da diversidade didática existente nas Américas.

No terceiro capítulo, ‘Atitudes de preconceito e discriminação: que ações devem ser tomadas no combate em sala de aula e no Brasil’, apontam-se as diferenças existentes em nosso país tendo em vista a diáspora africana, as quais já revelam uma valorização do ser humano.

No quarto capítulo, ‘Como é visto o negro no Brasil’ retratamos a valorização do ser humano independentemente de sua origem ou cor, dando ênfase a alguns movimentos antirracistas no Brasil.

O quinto e último capítulo discute e chama a atenção para o ‘Desinteresse da sociedade pela cultura negra’, uma cultura construída através de uma miscigenação que precisamos aprender a respeitar e valorizar.

CAPÍTULO 1: Conceito de história

De acordo com o dicionário de Ciências Sociais (FGV, 1987) a História pode ser considerada sob três aspectos: como ciência do acontecido; como notícia desses fatos; como fatos acontecidos. A história é para Ortega y Gasset um sistema: o sistema das experiências humanas que formam uma cadeia inexorável e única. A missão desse sistema seria tornar-nos verossímeis aos demais homens. Os fatos históricos, objeto da história histórica, não são os fatos tal como acontecem na realidade, mas fatos selecionados e construídos. Para iniciar um estudo histórico, é preciso saber quais são esses fatos e onde procurá-los, sendo para isso necessário que se parta de uma ideia prévia daquilo que se vai buscar.

Os fatos históricos nunca podem ser objetivos, porque, enquanto nos fixamos nos fatos relevantes para nossa estrutura ou conjunto, nossa observação os altera. Mas isso não importa, porque o objeto da história não é reproduzir os fatos tal e como se dão na realidade, mas interpretá-los e dar-lhes sentido dentro de um conjunto.

A História é nossa vida, somos sujeitos capazes de criar e recriar, através dela podemos registrar, buscar e investigar os nossos antepassados ou algo que queremos descobrir, é relevante nos indagarmos como seria nossa vida sem a história? Como registrar fatos importantes se a história não estiver presente? Trabalhar junto com os discentes todos os possíveis questionamentos e incentivá-los a descobrirem o quanto é gratificante conhecer a nossa história, a história daqueles que um dia quiseram ter a oportunidade de registrar e descobrir a sua identidade e assim entender a importância de se estudar história melhorando a forma metodológica.

É comum escutarmos educandos afirmarem que não gostam das aulas de história por as acharem enfadonhas e cansativas. O desinteresse é pertinente devido à metodologia, que não tem sido interessante. Portanto, é importante usar métodos que chamem a atenção dos educandos e que lhes prenda a atenção.

Trabalhar a disciplina de história é estar relacionando o presente e o passado; pois um depende do outro, precisamos ter o conhecimento de ambos os tempos; a história não se constrói só do passado e nem só do presente. É um recorte do passado para construir o presente. De acordo com Lorenzo Luzuriaga, “o conhecimento do passado é apenas uma chave para entender o presente.”

A metodologia influencia bastante na aprendizagem do discente e depende do método que o professor está usando, afim de que o estudo de se torne importante para o aluno de maneira que formule seus próprios conceitos. A História é que dá dignidade ao ser humano, seja ela como for: um documento; uma roupa; uma história de vida; entre outros. “A história não é uma disciplina aparte; é uma maneira de pensar os problemas humanos”. (GODINHO *apud* CAINELLI, 2010, p.17).

Daí a necessidade de escolhermos muito bem nossos métodos e caminhos para trabalharmos a História em sala de aula.

O tradicional ou magistral quando não bem planejado, poderá trazer desvantagens, embora também apresente vantagens. O método do diálogo é vantajoso por fazer com que o discente esteja sempre atento a questionamentos, enquanto que no construtivismo o aluno é o ator de sua formação, ao pesquisar, se questionar e se descobrir como sujeito histórico. A história da África teve e tem suas contribuições, não só na história da humanidade, mas também na formação da sociedade brasileira. Daí termos muito a aprender sobre este maravilhoso continente, sem trazermos para a sala de aula apenas tristezas, pobreza e guerras, mas também as conquistas alcançadas.

Tempos históricos

A História é constituída por tempos históricos que não devem ser descartados;

Dentre eles: o tempo do acontecimento, o tempo da conjuntura e o tempo da estrutura.

Para se compreender e se ter uma boa metodologia no ensino de História é necessário saber qual tempo histórico está sendo abordado.

De acordo com Braudel (coleção explorando História, 2010, p. 44) os tempos históricos são de grande importância no currículo escolar. A breve duração corresponde a um momento preciso que logo passa, por exemplo, o nascimento de um filho, uma festa de formatura, dentre outros acontecimentos que marcam, mas, que há um momento determinado para que aconteçam.

O tempo da longa duração ou da estrutura é aquele que tem início e fim, como por exemplo, a escravidão, mas essas mudanças não acontecem rapidamente, são lentas.

O tempo da conjuntura é o mais difícil, pois envolve aqueles acontecimentos que pressupõem uma organização ou preparação para que se estabeleçam, ou seja, que se articulam em um processo.

A história nos currículos escolares

De acordo com Fonseca, foi nos anos de 1930, no interior do movimento de renovação educacional, que o educador Anísio Teixeira publicou uma proposta de ensino de estudos sociais inspirada no modelo americano. (FONSECA, 2010, p. 18)

Nesse período acontecia no Brasil a ditadura Militar (Período Republicano). Getúlio Vargas tomava posse e comandaria o país por 15 anos. Nesse período foram criados os ministérios da saúde, da educação e do trabalho.

Foi a partir desse momento que começou a ser sugerida a inclusão de estudos sociais nos currículos escolares. Foi uma proposta que passou por diversas experiências nas escolas, após várias discussões a partir do final da segunda guerra mundial. O estado de Minas Gerais implantou estudos sociais na escola primária no final da década de 1950, amparado pelo programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE) e em 1960 os estudos sociais passaram a ser obrigatórios na escola primária e optativos no ensino médio de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Em 1970 o ensino de história articulou-se, após o golpe militar de 1964. No decorrer dos anos 70 professores uniram-se para tentar melhorar seus ensinamentos de História, ou seja, dar qualidade às metodologias.

Minas Gerais e São Paulo, entre 1983 a 1984, começaram a debater outras propostas de ensino. Minas Gerais, por séries, cada série teria um tema para ser abordado como conteúdo da 1ª à 4ª séries (atualmente 2º ao 5º ano do ensino fundamental). Em São Paulo a mudança curricular foi mais polêmica, pois o eixo de trabalho seria por ciclo e cada ciclo também teria um tema. Vale destacar que o ano de 1980 foi um ano de muitas lutas de professores para melhorar o ensino de História, eliminando o tradicionalismo, transformando o aluno em aluno crítico.

Minas Gerais aderiu novamente à História com a nova proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e em 1997 todo o Brasil aderiu.

Na Lei de Diretrizes e Bases entre 1996 e 2003 houve algumas mudanças. Os Artigos de 1996 que ainda não contemplavam o ensino da História e cultura afro-brasileira, passaram a fazê-lo em 2003. (Texto da Lei de Diretrizes e Bases - LDB).

O Art. 26-A reza que nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino da História e cultura afro-brasileira. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1. 2003).

O artigo deixa clara a obrigatoriedade de se trabalhar a História e cultura da África, bem como a História e cultura afro-brasileira e apresenta a lei como expressão do apoio às lutas e preconceitos, destacando a importância da história destes povos. O que era visto antes como algo triste, mascarado pelo preconceito étnico e racial, será repassado para os alunos à luz da verdade, revelando as lutas constantes pelo reconhecimento e a declaração da identidade dos afro-brasileiros.

As diretrizes curriculares de 17 de junho de 2004, de acordo com o conselho nacional de educação, promulgam a lei 10.639. A lei dispõe que o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. Desde então, os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira passam a ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira, estabelecendo o dia 20 de Novembro o dia da Consciência Negra.

A educação das relações étnico-raciais tem como objetivos a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o respeito aos direitos legais e a valorização da identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

Assim sendo, o ensino da História e cultura afro-brasileira, africana e indígena tem como objetivo o reconhecimento e a valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros e indígenas, bem como a garantia de reconhecimento, igualdade e valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

O fato é que a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, causou várias tensões, contribuindo para mudanças significativas no âmbito escolar. Tais leis exigem um constante aperfeiçoamento pedagógico dos educadores para trabalhar os temas relacionados à História e cultura africana, afro-brasileira e indígena.

Histórias locais

Para se trabalhar a disciplina de História, além do conceito, deve-se fazer uma avaliação do que o aluno sabe e do local em que vive, dando destaque à sua comunidade, seu município (cidade), estado e por fim ao mundo (continentes).

O ensino e a aprendizagem da História estão voltados, inicialmente, para atividades em que o aluno possa compreender as semelhanças, as diferenças e as transformações do ponto de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas. (PCN p. 49).

De acordo com o PCN, o educando é sujeito de sua História e as atividades devem ser de caráter indutivo, para que chamem a sua atenção e ao mesmo tempo o levem a compreender o presente, o passado e o futuro, sempre em interface com a sua comunidade.

O estudo da história local desperta nos alunos o interesse em conhecer as diferentes culturas em condições semelhantes em outros países ou continentes, como é o caso do continente africano. Hipóteses podem então ser levantadas sobre as diferenças e semelhanças entre os alunos, a comunidade, o município, os países e os continentes.

Destarte, ao estudar a História local, o aluno passa a criar sua própria identidade, investigando suas raízes e refletindo sobre os acontecimentos da realidade social em que vive, aprendendo já a não silenciar diante das críticas que a sociedade estabelece, passando desde logo a se conhecer como criador e transformador da sua própria história.

Cultura

Cultura é o conjunto de características humanas que não são inatas e que se criam e se preservam ou aprimoram através da comunicação e cooperação entre indivíduos em sociedade.

De acordo com o antropólogo Laraia, a cultura é de natureza humana, ou seja, é natural e humana. Laraia diz que foi em 1871 que Tylor criou o conceito de cultura, entendida

como “todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética...” (LARAIA, 2001, p. 16).

Segundo Laraia a cultura é formada a partir do que aprendemos independentemente do que foi transmitido pela genética, tudo que está ligado à natureza humana. Para Kroeber a Cultura, mais do que a herança genética, determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações (LARAIA, 2001, p. 26). Todos sabem que nascemos com certos poderes e adquirimos outros. Ao citar os exemplos dos animais e de um recém-nascido, o autor chama a atenção para a construção da cultura orgânica e humana. Em 1917 Kroeber distorceu tudo que Tylor havia escrito em seu livro; *Primitive Culture*.

A ideia de cultura dos antropólogos norte – americanos é de que a origem da cultura não só surgiu com a descoberta dos primatas e dos australopitecos, mas, que a mesma já vinha se desenvolvendo desde que o ser humano passou a desenvolver suas habilidades naturais.

Na teoria moderna os antropólogos determinam vários conceitos para a cultura, mas nenhum deles define exatamente o que é cultura, pois fica claro que cultura é a compreensão da natureza humana e que cada ser tem a sua cultura. Assim sendo, só os antropólogos podem fornecer uma definição consistente de cultura.

Na visão de mundo do homem, a nossa cultura é desenvolvida a partir das gerações e muitas delas são vistas como apresentando traços culturais absurdos, deprimentes e imorais.

No plano biológico, segundo Laraia, a cultura pode decidir sobre a vida e a morte de membros de um grupo, como, por exemplo, na aldeia em que se acreditava que ao ver o fantasma de um parente, um membro da comunidade poderia vir a falecer. Igualmente, os membros de certas culturas africanas, pelo fato de serem desligados violentamente de sua cultura chegavam a adoecer. Essa doença era adquirida em virtude da tristeza de terem sido separados de seus costumes e obrigados a se acostumar a outros, ou seja, o desligamento de suas culturas biológicas os levava à depressão ou à morte.

Cada indivíduo deve participar da cultura, quer ela lhe seja contemporânea ou estritamente cultural. Se existem culturas que socialmente são seguidas, devemos segui-las. Cada um de nós é conhecedor do que é regra ou não é regra, ou seja, da cultura aí implicada. Por exemplo, o ritual do cristianismo é cultura para quem é católico, assim como o ritual da umbanda é cultura para quem a pratica. Cabe a cada um de nós respeitarmos e aceitar este fato.

O importante, porém, é que deve existir um mínimo de participação do indivíduo na pauta de conhecimento da cultura a fim de permitir a sua articulação com os demais membros da sociedade. Todos necessitam saber como agir em determinadas situações e, também, como prever o comportamento dos outros. (LARAIA, 2001, p. 43).

O que importa é que cada um de nós tem cultura e precisa compreender as que são diferentes, agindo de maneira tolerante diante das diferenças. Cultura é cultura independentemente de onde ela é vivenciada com o seu dinamismo.

Laraia afirma que existem dois tipos de mudança cultural: um que é interno, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural e outro que é o resultado do contato de um sistema cultural com outro. (LARAIA, 2001, p.50).

Assim sendo, segundo o antropólogo há dois tipos de mudança cultural. A mudança interna, que acontece em âmbito restrito, vivenciada numa determinada região e não propagada em outra e cujo reconhecimento demanda algo que chame muito atenção. A outra, que provem do contato de um sistema cultural com outro e que envolve práticas culturais mais amplas, vivenciadas por todos.

Roberto DaMatta, por sua vez, chama a atenção para a definição de cultura, ao classificar uma pessoa como culta ou não. Segundo ele, cultura não depende de inteligência, a inteligência serve apenas para classificar as pessoas. Cultura não é uma hierarquia de “civilização”, mas a maneira de viver totalmente em grupo, sociedade, país ou pessoa. (DA MATTA, 2000, p. 2).

Em outras palavras podemos dizer que a cultura está dentro de nós e é através dessa diferença que percebemos a cultura do outro. Na antropologia a cultura está baseada em regras biológicas e de status, mas chegou-se à conclusão de que a cultura é dinâmica, varia de civilização para civilização. DaMatta considera como cultura a diferença existente entre nós e o outro.

Considerando as ideias dos antropólogos Laraia e DaMatta, verificamos que as definições de ambos relativamente a cultura estão interligadas, pois não vivemos sem ela, somos nós que a construímos, independentemente de sermos cultos ou inteligentes. Precisamos preservá-la e cuidar para que a mesma não se torne desconhecida pelos outros, pois vivemos em um país de diversidades, onde se impõe o respeito a todas as culturas.

A cultura negra é uma diversidade que contagia e anima, mas ao ser abordada em sala de aula, especificamente na disciplina de História, quando é exposta a diversidade das práticas de matrizes africanas, surgem alguns desafios para debates e então se percebe que existe um longo caminho a ser percorrido até a preparação de nossos discentes para a convivência e respeito às diversidades que nos cercam.

CAPÍTULO 2: Como Chamar a Atenção dos Alunos nos Conteúdos dos Livros Didáticos

Uma das políticas públicas responsáveis pela análise dos livros didáticos de História e Geografia é o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

Até 1982 muitos municípios já haviam adotado os livros didáticos, mas uma comissão julgadora dos livros didáticos organizada pelo MEC, após ter reconhecido alguns problemas nos livros entregues pelo PNLD realizaram um estudo dos mesmos.

Segundo as pesquisas realizadas, os livros não eram de qualidade e não despertavam a criticidade dos alunos. Os estereótipos e o preconceito mascaravam as diversidades existentes na sociedade, nada estava muito claro, deixavam muito a desejar. Até 1990 os livros eram marcados pelos objetivos de estudo sociais. O MEC organizou um plano de avaliação dos livros didáticos junto com a LDB (lei 9.394/ 96) com o objetivo de avaliar os livros do PNLD e assim, junto ao PCN, foram elaborados novos perfis de livros didáticos de História e Geografia.

Até o fim do século XIX os conteúdos didáticos estavam relacionados às datas comemorativas, a partir de então se iniciou a renovação de novos conteúdos no livro didático, dando destaque a outros objetivos. No século XX começaram a ser implantados novos conteúdos, como a temática da religiosidade, entre outros, tendo como fontes documentos e a oralidade, para melhor conhecimento das Histórias locais.

De acordo com o PCN (1994, p.43) “a escolha de conteúdos propostos estão constituídos assim, a partir da História do cotidiano da criança (o seu tempo e o seu espaço) integrada a um contexto mais amplo, que inclui os contextos históricos.”.

O livro didático é uma fonte de apoio para o professor, porém, o mesmo deve ser utilizado de maneira adequada, provendo a aprendizagem de acordo com o nível de dificuldade da criança. O livro didático “é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura.” (BITTENCOURT, Circe, livro didático São Paulo 2002, p 71-2. Apud, SCHMIDT, Ensinar História. p.174).

O livro didático é indispensável na sala de aula e o mesmo deve ser de qualidade, com textos adequados ao nível da criança, as ilustrações devem chamar atenção e têm que estar voltadas para o ensino da História e das diferenças existentes no ser humano, que devem ser trabalhadas dentro da sala de aula. É na prática do dia a dia que observamos o quanto é necessário trabalhar as diversidades dentro da nossa sala de aula, onde sensibilizaremos os nossos discentes sobre o respeito e a aceitação do outro.

O livro didático é um suporte e como educadores somos responsáveis por enriquecer nossos planos, usando os mais diversos recursos como: notícias, textos informativos e também outros livros como fonte de pesquisa. Nenhum livro didático é indispensável, um contempla o outro e cabe ao professor destacar a importância do assunto a ser abordado para o ensino e aprendizagem.

A escolha de conteúdos para o ensino de História deve ser de acordo com a necessidade e os objetivos a serem alcançados no ensino- aprendizagem.

Em 1990 houve uma grande mudança nas escolhas de conteúdo do livro didático. Na teoria marxista a escolha de conteúdo teria o objetivo de estimular no aluno a produção do senso crítico.

Ao analisar o livro didático de História Porta Aberta do 2º Ano do Ensino Fundamental I, percebe-se que o mesmo está abordando diferenças que ainda não são claramente destacadas, valendo fazer uma reflexão sobre o mesmo, com base no PNLD para melhor poder utilizá-lo. (2013, 2014 e 2015).

O livro é composto por quatro unidades, com temas relevantes, que podem e devem ser ministrados na sala de aula. Suas gravuras nos chamam a atenção por estarem voltadas para a inclusão da diversidade e para ações afirmativas quanto à defesa do Brasil.

2.1 A relação da história do Continente Africano e a Cultura Afro-brasileira na sala de aula no ensino de história

O reconhecimento da lei 10.639 tornou obrigatório o ensino da História da África na sala de aula gerando grandes desafios para os educadores, por não terem embasamento sobre o referido assunto.

A partir de debates foram elaborados projetos para abordar a História do continente em sala de aula. Dentre eles destacou-se o projeto ‘As cores de Redenção’, que despertou a curiosidade dos docentes e discentes sobre o continente africano.

A História do continente africano teve grandes destaques, a mesma começou a aparecer através das atividades desenvolvidas pelos europeus no processo da colonização. Para se contar a história diversas fontes foram utilizadas dentre elas a oralidade, uma fonte que, de acordo com Amadou Hampâté Bâ (1997), é adequada para estruturar o que os antepassados não tiveram a oportunidade de registrar. O fato de não possuir uma escrita não priva a África de ter um passado e um conhecimento. De acordo com o acadêmico citado, a tradição transmitida oralmente é tão precisa e tão rigorosa que se pode, com diversas confirmações, reconstituir os grandes acontecimentos dos séculos passados nos mínimos detalhes, especialmente a vida dos grandes impérios ou dos grandes homens que ilustraram a história africana.

Nas civilizações orais, a palavra compromete o homem, a palavra é o homem. Daí o respeito profundo pelas narrativas tradicionais legadas pelo passado, nas quais é permitido o ornamento na forma ou na apresentação poética, mas onde a trama permanece imutável através dos séculos, veiculada por uma memória prodigiosa que é a característica própria dos povos de tradição oral. Hampâté Bâ nos ensina que o conhecimento africano é um conhecimento global, um conhecimento vivo.

Nos meados do século XIX a Europa determina a colonização na África, além da comercialização entre povos, provocando conflitos e guerras entre as nações.

Em que medida se deve considerar a presença dos europeus como “uma condição prévia e necessária ao desenvolvimento técnico, cultural e moral das sociedades africanas” ou pelo contrário, como principal causa do subdesenvolvimento da África?

Para Ki-Zerbo (2010) a evolução da África se deu por causa da colonização, ou seja, foi necessário que os portugueses percebessem o grande valor que tinha aquele continente, para que as sociedades lutassem por sua evolução cultural e social. Mas para que isso acontecesse, sérios acontecimentos ocorreram no continente, dentre eles a colonização, abalando toda estrutura do continente.

Para Hegel (*apud* SANTOS, p.5) “os africanos seriam bárbaros na medida em que não transformavam o meio social, vivendo totalmente sob a dependência da natureza”.

Os povos tinham uma visão de proteger aquilo que era precioso para eles, a flora e a fauna. Não percebiam a sua utilidade econômica capitalista que ambas ofereciam. O interesse era somente para sua sobrevivência

O processo da colonização europeia se deu pelo interesse de cultivar as riquezas vistas naquele continente. Foi um período doloroso para os que viviam em suas comunidades. Guerras, disputas de poder e, na maioria das vezes, o abandono da língua materna em prol do aprendizado de outra que não fazia parte de sua civilização, acarretando uma perda de identidade.

O interesse dos europeus pela África começou no final do século XVIII. No início do século XIX fortes ondas migratórias aconteceram no Chifre da África e na África Ocidental. Na África austral o principal objetivo era a agricultura, visto que a terra era fértil e tinha o solo apropriado para as plantações e, com isso, crescia também o tráfico de escravos. Grandes perdas, sobretudo a mortalidade infantil, ocorreram nesse processo, demorando bastante tempo para que essas populações se reerguessem.

Na educação, o ensino da História local não cativava as crianças, que por isso não se davam conta da importância da diversidade cultural e social existente.

Após a primeira guerra mundial analisou-se uma forma de atrair as crianças com suas Histórias passadas, mas mesmo assim, os resultados das tentativas eram desanimadores. Os filhos da massa trabalhadora da França e Inglaterra tinham os mesmos ensinamentos que os filhos da elite africana e quando formados possuíam o mesmo saber. Entretanto, quando um filho da África frequentava uma universidade europeia, enfrentava graves problemas oriundos do racismo, mesmo tendo o mesmo conhecimento e saber técnico acadêmico dos estudantes europeus.

Destarte, coube a esses estudantes lutarem contra o racismo e pela valorização da História da África. Nós, como educadores, temos a responsabilidade de despertar em nossos alunos a importância de sua História e da História da África, de sua família, de sua comunidade, para fazê-los descobrir suas raízes, valorizando momentos curtos, longos ou conjunturais. Descrevendo, analisando, comparando e agindo, o homem tem o poder de construir e reconstruir a sua História, olhar para o outro sem preconceito. Somos sujeitos de nossa História com aptidão para compreender o passado, estudar o presente e desenvolver ideias para a análise do futuro.

CAPÍTULO 3: Atitudes de Preconceito e Discriminação: Que ações devem ser tomadas no combate em sala de aula e no Brasil

3.1 Direitos Humanos.

O principal objetivo deste capítulo é apresentar uma análise do racismo e das formas de combatê-lo, com base nos direitos humanos, através de ações visando a extinção do preconceito. Apresento reflexões baseadas em ações afirmativas, na tentativa de compreender que atitudes devem ser tomadas para a inclusão do negro na sociedade.

3.1.1 Ser humano

Não há uma definição concreta do ser humano. Existem maneiras diferenciadas de vê-lo. O que devemos ter é a sensibilidade de respeitar o outro como ele realmente é, se pondo no lugar do outro e se vendo como o outro. A partir desta metodologia, ao tentar conceituar o que é ser humano na sala de aula, temos nos deparado com conceitos que nos induzem à reflexão, mesmo tendo a consciência de que a temática do racismo já tem sido abordada no ambiente escolar.

Depois de muitas guerras, em 1948, os Direitos Humanos Internacionais se expandem universalmente apesar de muitas reações contrárias. Adolfo Hitler, por exemplo, não concordava com a disposição da convenção que rezava que todo ser humano é igual perante a lei.

No primeiro artigo da Convenção define-se racismo como qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça cor, descendência, ou origem nacional ou étnica, que tenha o propósito, efeito de “anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade dos direitos humanos e liberdades fundamentais”. (AÇÕES AFIRMATIVAS, 2005, p .37).

O artigo deixa claro que a discriminação é toda a forma de desrespeito humano, seja ele social, econômico, político, cultural ou de qualquer outra espécie. Para enfrentarmos o problema da discriminação, existem estratégias, como repressão, punição e conscientização. Se o combate ao racismo é uma situação necessária e urgente, não compensa a punição, pois a mesma gera mais revolta.

Como ação deve-se combinar, tanto nas políticas públicas, quanto na sala de aula, estratégias que estimulem a igualdade, a inclusão e não a exclusão. Na maioria das vezes percebemos que a exclusão é motivada pelo fato do indivíduo recear não ser aceito pelo outro e esse medo tem certo peso no processo da exclusão, no isolamento em ambientes sociais e na sala de aula.

Portanto, se o objetivo é a inclusão, a estratégia é promover um consenso mostrando que todos são iguais, na qualidade de seres humanos que precisam de espaço e oportunidades para que possam mostrar suas potencialidades.

Após a segunda guerra mundial, em vista dos atos de desumanidade cometidos na Europa Ocidental, nasce, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Vale ressaltar que a Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em cinco de outubro de 1988. Nela está a Lei nº 7.716, de cinco de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor, prevendo o racismo como crime inafiançável e imprescritível.

No Brasil foi declarado o racismo como crime pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1995, em um seminário. Após muitas discussões inicia-se um processo considerado um desafio para aqueles que lutam pelos direitos dos seres humanos, apesar das disposições da Constituição que “consagra que os direitos sociais são direitos fundamentais, sendo, pois inconcebível separar liberdade (direitos civis e políticos) e igualdade (direitos sociais, econômicos e culturais)”.

As ações políticas têm como fundamento fazer uma análise dos direitos humanos, mas as pessoas não percebem que o racismo está presente em nosso meio há muito tempo, desde que a escravidão se iniciou no Brasil. Atualmente o racismo está mais visível, pois a cor diversificada (marca) é o que prevalece no sentido de preconceito. Devemos ter a consciência de que a igualdade é o que tanto se quer na sala de aula, na sociedade e no país. A História se desenvolverá se tivermos a coragem de compreender que o negro precisa de espaço para mostrar sua competência. Não só o negro, mas todo aquele que passa por um processo de discriminação social, econômica e moral.

As Américas lutam para abolir todo e qualquer tipo de preconceito destinado ao ser humano, sendo que os Estados Unidos foram os primeiros a aderir às Ações Afirmativas ou

mais precisamente às Políticas Sociais. O Brasil luta com o objetivo de conquistar uma nação mais justa, em que a igualdade formal, fortaleça o modo de se ver o ser humano como ele realmente é, não como é idealizado por uma minoria que critica, porém que não é capaz de se envolver na cultura étnica e social que adquirimos através da diáspora.

O direito humano se conquista e se transforma a cada momento. A Constituição Federativa do Brasil, em seus artigos: 3º, I, IV; 7º, XX; 37º, VIII; determina juridicamente o que deve ser garantido ao ser humano perante a lei. O artigo 3º da Constituição reza que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

IV- Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O artigo chama atenção para o fato de que precisamos ser conhecedores das leis e levar as mesmas ao conhecimento de nossos alunos, para que aprendam a se defender diante de uma situação desagradável. O palco para instruir nossos alunos é nossa sala de aula e através dela podemos incentivá-los a se proteger daquilo que achamos que não existe, mas, conforme alguns relatos o preconceito está apenas mascarado, pois, muitos têm o conhecimento da punição, por isso não mostram a sua preferência de etnia.

Teóricos como Kabengele Munanga defendem que as ações afirmativas não querem aumentar mais o racismo e sim fazer com que o mesmo desapareça da nossa sociedade.

Logo, as ações afirmativas defendem a importância da inclusão do gênero feminino nas instituições de trabalho e nas universidades, assim como a inclusão dos portadores de deficiências.

A constituição de 1988 determina a obrigatoriedade dos portadores de deficiência em concursos com 20% das vagas. A igualdade material está implantada, mas, perante a lei e aos ensinamentos bíblicos somos iguais e ao conseguirem o que desejam não terão oportunidade de mostrar seus limites.

Para a professora Carmen Lúcia Tindó é importante salientar que não se quer ver produzidas novas discriminações com a ação afirmativa, agora em desfavor das maiorias, que, sem serem marginalizadas historicamente, perdem espaços que antes detinham face aos membros dos grupos afirmados pelo princípio igualador no Direito. Para se evitar que o extremo oposto sobreviesse é

que os planos e programas de ação afirmativa adotados nos Estados Unidos e em outros Estados primaram sempre pela fixação de percentuais mínimos garantidores da presença das minorias que por eles se buscavam igualar, com o objetivo de se romperem preconceitos contra elas ou pelo menos propiciarem-se condições para a sua superação em face da convivência juridicamente obrigada. Por ela, a maioria teria que se acostumar a trabalhar, a estudar, a se divertir etc. com os negros, as mulheres, os judeus, os orientais, os velhos etc., habituando-se a vê-los produzir, viver, sem inferioridade genética determinada pelas suas características pessoais resultantes do grupo a que a ação afirmativa deixa sempre à disputa livre da maioria a maior parcela de vagas em escolas, empregos, em locais de lazer etc., como forma de garantia democrática do exercício da liberdade pessoal e da realização do princípio da não discriminação (contido no princípio constitucional da igualdade jurídica) pela própria sociedade (TINDÓ, 1996,88).

É relevante vivermos como seres humanos respeitando as possibilidades e os direitos que nos são garantidos pela constituição federativa. As ações afirmativas são e devem ser o apoio que o povo negro precisa, não que as mesmas venham alterar o nível de preconceito, mas que deem possibilidades de que o mesmo seja abolido de nossas vidas. O ideal é convivermos com os outros sem perceber a que grupo social pertencem (religião, cor, gênero), só assim a igualdade permanecerá entre os seres humanos, dando a liberdade de quem tanto almeja estudar numa escola, de passar numa rua, de frequentar um grupo e/ou ambiente social sem que a diversidade seja vista com discriminação.

CAPÍTULO 4: Como é Visto o Negro no Brasil

O Estatuto da igualdade racial que está sendo adotado no Brasil tem o objetivo de extinguir o preconceito, que foi adquirido pelas desumanidades do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil em meados do século XVI.

Eram trazidos de alguns países do continente africano em navios adquirindo algumas moléstias causadas pelas suas angústias, pois perdiam sua identidade e nome de origem, não tendo o direito se quer de ter alma e perdiam o total contato com sua família. Castro Alves em seu poema: Navio Negreiro (1868) destaca as condições sub-humanas em que os escravizados viviam naquele trajeto.

Porém que vejo aí... Que quadro de amarguras!
 Que canto funeral! Que tétricas figuras!
 Que cena infame e vil! ... Meu Deus! Meu
 Deus! Que Horror! (ALVES, 1986, apud APOSTILA, FORMAÇÃO DA
 LITERATURA BRASILEIRA, 2011, P.134).

Lutavam para conseguirem sua dignidade, brigavam por uma carta de alforria e pela aceitação da cultura, mas o desafio constrangedor era a luta pela igualdade. Alguns abolicionistas como: Luiz Gama, Joaquim Nabuco, Castro Alves dentre outros persistiam pelo fim da escravidão.

Em 1850 foi criada a lei que proibia o comércio de escravizados A lei Eusébio de Queiroz, lei que declarava os nascidos naquela época livres, era a lei do ventre livre e a lei dos Sexagenários, tornava livres os escravos que completassem 65 anos.

Finalmente, em 1888 foi proclamada a abolição dos escravos no Brasil, último país a libertar os escravos, porém, nesta altura, os mesmos se encontravam em situação bastante precária. Aos poucos os negros, livres da escravidão começaram a lutar por sua sobrevivência, batalhando por melhores condições de vida e por uma posição na sociedade, firmando suas origens e aparecendo em manifestações culturais.

Em 1930 acontecia no Brasil a era Vargas, um período de governo provisório, no qual foi criada uma constituição de grande destaque para o poder executivo e foi estabelecido o conceito de racismo. Em 1931 foi fundada a Frente Negra Brasileira (FNB) como o primeiro movimento negro de cunho político do país. Objetivava a integração da população negra na sociedade após a abolição da escravatura.

A partir de então iniciaram-se os movimentos antirracistas liderados por Abdias Nascimento que defendia com afincamento e determinação o valor de ser negro. Para Neuza Santos, ser negro é ter a consciência de assumir suas origens.

No ano de 1935 surge o movimento Negritude, com o objetivo de reivindicar a identidade negra. Entre seus grandes idealizadores destacamos: Abdias Nascimento (Brasil), Guerreiro Ramos (Brasil), Aimé Césaire (Martinica), Léon-Gontran Damas (Guiana), Léopold Sédar Senghor (Senegal), Ousmane Diop Socé (Senegal), Birago Diop (Senegal), Léonard Sainville (Martinica), Aristide Maugé entre outros.

Aimé Césaire (1935) define a Negritude em três palavras:

1. Identidade (o assumir-se negro com orgulho);
2. Fidelidade (a ligação permanente com a Mãe-África) e;
3. Solidariedade (o sentimento de união e identidade comum entre todos os negros).

A Negritude nasceu de um protesto intelectual de negros de formação cultural europeia que tomavam consciência da diferença e da inferiorização que os europeus impunham aos descendentes da África. Desse protesto é criada, em Paris, 1947, a Revista *Présence Africaine*, por intelectuais negros preocupados em descolonizar o estudo da história africana, deformada pelo colonialismo. A negritude constituiu, especialmente nas colônias francesas, a expressão cultural do pan-africanismo.

Entretanto, o grande desafio da negritude é aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. Só teremos avanços no ensino- aprendizagem da cultura afro-brasileira quando “o negro se tornar negro.” Com práticas diversificadas teremos cidadãos críticos, capazes de transformar e quebrar os estereótipos que foram construídos há muitos anos atrás, em consequência da escravização nas Américas.

A batalha contra o racismo, da educação infantil ao ensino superior no Brasil é um desafio, não só no ensino, como também na sociedade. É constrangedor perceber que esta luta

está apenas começando, pois o negro é associado a coisas ruins e quando a criança não está preparada para essa representação, passa a não gostar de si mesma. A fim de desconstruir esse conceito sobre si mesmo, a escola, a família e a sociedade precisam estar preparadas, partilhando o mesmo objetivo.

Tem sido recorrente o aparecimento de situações que exigem uma tomada de decisão por parte de educadores. Exemplos: a criança que se nega a participar e até mesmo a dar a mão a outra criança, em determinadas atividades, por causa da cor; ou ainda as falas preconceituosas do tipo macumba, ‘isso é coisa de preto, coisa de índio e etc.’ que veladamente estão presentes na cultura escolar. Muitas dessas coisas são trazidas de casa e ganham maiores dimensões na escola e podem afetar a vida dessas crianças para sempre.

Em 1996 foi declarado que o Brasil é um país racista, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, mas as Ações Afirmativas adotadas no país farão grandes mudanças tanto nos estados quanto nas salas de aulas, pois as mesmas têm por objetivo eliminar a discriminação racial do ser humano, existente em nossa sociedade.

Na sala de aula a igualdade ou o ser negro só funcionará quando todos se perceberem como realmente são - não que alguns queiram se aproveitar das circunstâncias para se beneficiar como, por exemplo, no caso das cotas, um instrumento que tem por fim desconstruir o racismo entre brancos e negros de maneira mais explícita. As cotas são tentativas de mostrar que todos são capazes.

Quando o brinquedo não for só a boneca branca e o educador fizer com que o aluno se goste, sinta orgulho de ser, independentemente de cor ou não. Quando as diferenças forem aceitas como forma de respeito, sem o preconceito de ‘não ter preconceito’.

O destaque dado aos contos, como ensinamentos é um grande exemplo na educação infantil e fundamental. Que os mesmos sejam conhecidos e repassados para os alunos com muito entusiasmo, valendo destacar que a diversidade deve estar presente nos mesmos.

Percebe-se que quando se comenta o “personagem é negro”, há uma certa rejeição da parte do aluno em não se querer representá-lo. Isso reflete a semelhança do negro com o escravizado ou alguma alusão ao simbolismo da cor, pois o negro sempre foi visto como algo pejorativo.

A autorrejeição ao se identificar como negro no Brasil torna-se complicada, por não sabermos quem é branco no país, pois somos um povo mestiço. Por outro lado, o racismo é um grande desafio para nós, pois o processo da diáspora contribuiu de maneira que os afrodescendentes construíssem sua cultura, nos enriquecendo com valores importantíssimos para a evolução da América, construindo um enraizamento que a história jamais apagará.

Os avanços serão lentos, as cotas para negros nas universidades, nos servem de exemplo, mesmo tendo a visão de que o racismo está sendo refletido de outra maneira com as cotas. As cotas têm o intuito de acabar com o preconceito, mas a educação, de modo geral, como progresso precisa perceber que o racismo só chegará ao fim quando as diferenças existentes em nossas vidas forem reconhecidas e respeitadas.

As ações afirmativas têm o mérito de combater o preconceito existente há muitos anos atrás, quando seres humanos foram afastados de suas famílias, tendo que conviver com muitas resistências à sua cultura e se sujeitar a outras sem esquecer a sua própria.

Desde 1988, o racismo vem sendo analisado com mais frequência por muitos estudiosos. Algumas pesquisas demonstram que muitos entrevistados não têm preconceito ou não assumem que têm. A lei 10.639 (2003) destaca a luta contra o preconceito racial no Brasil, dentro das salas de aulas, com formações para professores.

O racismo está voltado para o sentido da estética, ou seja, o preconceito é uma questão “social e não racial”, uma vez que “raça” não existe, o que existe são grupos de estudos relacionados ao desempenho do ser humano.

Quando afirmamos que o preconceito é uma questão social, precisamos ter a consciência daquilo que estamos falando. O Brasil é considerado um país racista. De acordo com Oracy Nogueira, o tipo de preconceito racial presente no Brasil é o preconceito racial de marca e não de origem, como nos Estados Unidos da América.

Segundo Van Dijk, a negação do racismo é um aspecto constitutivo do novo racismo. Somos nós que construímos o racismo, a indústria cultural, em especial a mídia, tem um papel fundamental de chamar a atenção para essa realidade. Quanto à beleza estética, a preocupação está sempre voltada para os brancos. Se observarmos bem, a todo momento estão tentando mascarar o racismo, ou seja, fingindo que ele não existe. Mas como poderemos fugir de nossa História? No Brasil a miscigenação está estampada e não podemos negar. Por isso, a educação

deve avançar no sentido de que as cotas não gerem mais preconceito e que as iniciativas políticas tenham o intuito de acabar com o preconceito racial, por haver a disputa entre brancos e negros. Para que não aconteça essa exclusão social, deve ser analisado o nível de conhecimento de cada um que pretende ingressar na universidade, sem que perca a sua origem ou que tente buscar outra identidade para alcançar uma vaga na mesma.

A ação afirmativa no Brasil está associada aos Estados Unidos da América, que em 6 de março de 1961, com a assinatura do presidente John F. Kennedy, determinaram que nenhum funcionário fosse demitido de seu trabalho devido à sua religião, cor, raça ou nacionalidade.

Entende-se que pouco se conhece no Brasil sobre as políticas de ação afirmativa. Após um seminário em Brasília, na qual houve diversas críticas, foi aceita a ação afirmativa no Brasil, desde que não fosse copiado o modelo norte-americano e sim que fosse usada a criatividade para o desenvolvimento dos objetivos. No Rio de Janeiro, Anthony Garotinho tomou a iniciativa de estabelecer cotas para negros e pardos, no final de 2001.

Diante de tantos debates e relatos, caminhamos para uma evolução no sentido de sensibilizar os nossos conceitos sobre as políticas de ação afirmativa e mudanças nos currículos escolares, desde a lei 10.639 até a implantação de projetos como 'As Cores de Redenção', trabalhado pelos educadores municipais para uma melhor convivência entre aqueles que se sentem inferiores aos outros pelo próprio preconceito de ser pobre ou ser negro, ou ainda de ter uma determinada deficiência. Cabe a nós, brasileiros, enfrentar um problema de cuja solução depende o próprio futuro deste país.

CAPÍTULO 5: O Desinteresse da Sociedade pela Cultura Negra

A miscigenação no Brasil é composta por uma mistura a qual desconhecemos. A mesma iniciou-se no continente africano e teve uma história traçada pela colonização, uma vez que nativos eram trazidos para o Brasil numa condição constrangedora sendo vendidos por um preço que variava de acordo com sua idade, sexo, etc. Grupos de maior destaque eram os de origem bantos (oriundos de Angola, Moçambique e Congo) e sudaneses (oriundos de Guiné Bissau, Burkina Fasso, Gana, Togo, Benim e Nigéria).

Ao chegarem ao Brasil, vários grupos foram formados com diferentes etnias, gerando as diferentes culturas, entre elas: o vocabulário, as músicas e danças, as religiões e a culinária.

No período colonial diferentes formas de expressões foram adaptadas ao vocabulário da língua portuguesa que até hoje são usadas no nosso convívio, dentre elas: Mandinga, Senzala, Tronco e Banzo e outras.

Mandinga _Segundo Dilma Melo Silva um rei muito importante do império Mali chamado Mansa Mussa, comandou por muito tempo o reino e por ter muito poder despertava medo, motivo pelo qual passou a ser chamado de Mandinga. No Brasil a palavra mandinga é um termo pejorativo: mandingueiro, feiticeiro.

Senzala _ Alojamento destinado aos escravos. Durante o dia trabalhavam na lavoura e ao anoitecer dirigiam-se a esse local que ficava junto à casa do senhor de engenho, muito pequeno e com alguns pertences dos escravizados.

Tronco_ Instrumento em que os escravos eram castigados, ou seja, torturados.

Banzo_ Moléstia adquirida pelos escravizados, que sentiam muita tristeza por estarem separados de suas famílias, ficavam tristes e abatidos por viverem na condição de escravos.

Entre essas e outras palavras, o nosso vocabulário é composto por palavras que na maioria das vezes desconhecemos a origem e que são usadas no nosso dia a dia.

No Brasil após a abolição foram desenvolvidas algumas políticas públicas, mas somente em 2009 foi criado o estatuto da igualdade racial, no qual a cultura afro-brasileira se destaca com danças, músicas, culinária, religião etc.

A apresentação da contribuição musical dos escravos em sala de aula tem uma função importantíssima, pois de forma lúdica, os discentes conhecem as resistências que os escravos vivenciaram para se expressar num meio hostil, na condição de cativos sofridos e saudosos dos parentes e amigos, além de privados da própria identidade, sendo a música e a dança para eles uma maneira de se socializar e esquecer a dor. Dentre as manifestações musicais se destaca o samba, que antes no Brasil era conhecido como macule lê, depois, como samba de roda, samba de umbigada¹, culturas que usavam para disfarçar seus sentimentos.

Outra manifestação é a capoeira - dança e luta - nascida no Brasil, fruto do encontro de tradições. Foi em 1600 que começou a se desenvolver na Bahia, no Rio de Janeiro e mais especificamente em Pernambuco. Existem várias versões que tentam explicar a origem da capoeira, dança realizada na senzala pelos escravos para descansar do trabalho e também usada para se defender dos capitães do mato e tentar fugir para os quilombos. Á medida que dançavam enriqueciam nossa cultura, mesmo que se refugiassem das tristezas que afligiam suas vidas.

A ginga é bastante conhecida pelos alunos. Tanto a dança quanto a música é usada para se trabalhar na sala de aula com bons resultados, pois o empenho deles torna a aprendizagem satisfatória, valendo destacar que o projeto ‘As Cores de Redenção’ (2010-2012) teve grande influência no destaque da cultura, possibilitando-lhes conhecer e valorizar a forma de resistência dos escravos, enquanto se entregavam com alegria a esta prática didática.

As religiões afro-brasileiras são vistas dentro de um quadro preconceituoso por aqueles que não as conhecem e por ter uma grande influência do cristianismo, no Brasil, torna-se muito o difícil a aceitação ou o respeito por parte de ambas as religiões.

A nossa História está traçada pelo grande número de descendentes africanos trazidos para cá na condição de escravos. Ao chegarem ao Brasil eram batizados no catolicismo, mas isso não os convertia, pois a religião e/ou religiosidade estava dentro de eles. A prática religiosa começou a ser exposta após “a abolição legal da escravatura” (1888), criando o sincretismo para que sua religião fosse aceita, mas o catolicismo não aceitava esta prática como religião. Através do sincretismo surgiram os primeiros terreiros. Não é fácil aceitar algo que está enraizado com vários estereótipos da noite para o dia, é preciso que se tenha uma mentalidade positiva e que se aprenda a conhecer o outro.

¹ O samba de *umbigada* é originário do batuque angolano.

João Paulo II, em um discurso no Senegal, em 1992 diz:

Estes homens, mulheres e crianças (referido aos escravos) foram vítimas de um comércio vergonhoso, no qual participaram homens que foram batizados, mas que com certeza não viviam sua fé. Este pecado do humano contra o humano, este pecado do humano contra Deus, precisa ser reconhecido com toda humildade e verdade. (JOÃO PAULO, 1992, apud APOSTILA, 2012p. 07).

João Paulo II nos chama a atenção para o que se refere como fé. Apesar dos escravos serem batizados na igreja católica, sua conversão não ocorria. Segundo ele, foi um grande pecado do homem contra o homem batizá-los, vendê-los, pois já tinham sua religião, que precisava ser respeitada. Precisamos ser humildes e verdadeiros, respeitando as religiões afro-brasileiras oriundas da África, entre elas o Candomblé (Bahia) que tem características idênticas ao catolicismo, o Batuque (Rio Grande do Sul), o Tambor de Minas (Maranhão), e a Macumba (Rio de Janeiro).

Na culinária tem grande destaque o prato mais conhecido de origem africana, a feijoada. Conta-se que os negros trabalhavam nas casas de seus senhores e o restante das comidas que sobravam, juntavam e faziam a comida de onde se originou a feijoada. Outro prato muito conhecido na Bahia é o acarajé, dentre outras comidas existentes.

Na prática da sala de aula a religiosidade soa como algo bizarro e pejorativo. O preconceito que leva a não respeitar as religiões de matrizes africanas está estampado nos debates dos alunos. Uma aluna do 6º ano ao assumir diante dos colegas ter visitado um terreiro, foi interrogada várias vezes, mas sua segurança ao falar acalmou os colegas, que perceberam o quanto é importante respeitar a religião do outro, independentemente de qual ela seja.

O Brasil é um país multicultural, com diversas etnias. Em virtude das diferenças existentes em nosso país (europeias, africana, indígenas), nós professores precisamos estar atentos para as mesmas, no sentido de valorizar e respeitar cada uma delas, incentivando nossos discentes a conhecê-las.

No século XX muitos representantes da igualdade humana, tendo como base o inciso IV da constituição federativa (1988) do artigo 3º iniciam uma luta com movimentos para abolir o preconceito entre os sujeitos históricos.

Na prática pedagógica, segundo Fernando Figueiredo, ‘perceber a existência das diferenças como constituintes dos sujeitos na escola é o primeiro passo para não privilegiar uma única forma de ser e estar no mundo social’

Destarte, são nossas culturas: a religião, a dança, a música, a culinária, entre outras. Todas elas precisam ser reconhecidas para que se perceba o seu valor dentro da sociedade. As ações afirmativas surgiram para que ocorresse esse respeito e através delas fossem implantadas mudanças nas nossas escolas, como o projeto ‘As cores de Redenção’ cuja culminância ocorreu entre 2010 a 2012 e abordou a cultura indígena, europeia e africana fazendo um resgate da cultura afro-brasileira, desde os líderes que lutaram pela igualdade humana até a formação da consciência da identidade negra, com palestras para alunos, professores e comunidades. A arte e outros aspectos relevantes de nossa cultura também foram incluídos no projeto.

Consideramos bem sucedidas as apresentações do projeto, que a cada ano apresenta uma mudança para enriquecer os conhecimentos de nossa comunidade, tudo de acordo com o desempenho de nossos discentes e aos poucos se percebe que o que era considerado bizarro é atualmente respeitado e reconhecido como nossa cultura. Muitos são os desafios, mas há que reconhecer que houve desconstruções, ou seja, muita evolução no tocante ao ensino da cultura afro-brasileira já se concretizou nas salas de aula, mas muito ainda precisa ser feito, pois algumas vezes nos deparamos com situações constrangedoras, nas quais precisamos estar preparados para neutralizarmos o preconceito que as gerou.

CONCLUSÃO

Consideramos que as mudanças no ensino da disciplina de História são fundamentais para o nosso currículo escolar, principalmente quando se refere à metodologia em sala de aula, talvez a expressão “Não gosto de História” (depoimento de aluno) apareça porque o euro centrismo e/ou o colonialismo cultural sempre tenha estado em destaque nos livros didáticos e/ou quando a metodologia está mais voltada para o tradicionalismo, o que não atrai o aluno e torna a aula cansativa, acarretando críticas à disciplina.

Com as mudanças ocorridas, o tradicionalismo não agradou aos alunos, as informações tornaram-se monótonas e cansativas, a metodologia de memorização e o ensino centrado na memorização não funcionou. O ensino- aprendizagem deve ser dialogado, a participação do aluno é fundamental para um bom desempenho do mesmo na sociedade através de sua criatividade e criticidade.

As alterações da LDB e PCN possibilitaram outras maneiras de trabalhar a História e a cultura afro-brasileiras na sala de aula.

A Lei 10.639 Nove de Janeiro de 2003 e o complemento das 11.645 10 de março de 2008 nos deram suporte para lançar mão de outros conhecimentos para serem abordados em sala de aula, tais como a História africana e a indígena.

Pesquisando sobre a História e cultura dos afros descendentes, percebe-se que os estereótipos estão cristalizados, todos afirmam não terem preconceito, mas suas atitudes como seres demonstram o inverso. Debater sobre a cultura afro- brasileira na sala de aula é um desafio. Como orientadores precisamos ter uma bagagem de conhecimento sobre as diversas etnias das Américas e acima de tudo nos reconhecemos de acordo com nossas próprias origens, valorizando e respeitando as diversidades existentes em nossa sociedade.

O trabalho com a lei 10.639/03 nas salas de aula do 6º ao 9º ano, nas quais o objetivo mais abordado é a aceitação de si mesmo e a valorização das próprias raízes, está alavancando a

aprendizagem com êxito, subentendendo o fato de que precisamos estar conscientes do que estamos realizando.

Diante de tantas misturas e riquezas culturais é relevante fazer com que os nossos discentes sejam divulgadores dessas belezas e que cada um de nós sinta orgulho de fazer parte dessa História. Uma História com guerreiros que mesmo estando acorrentados lutaram por sua liberdade e igualdade racial. Através de movimentos, a bandeira da igualdade humana foi erguida, cabendo a cada um de nós respeitarmos as diferenças sociais e culturais.

Conclui-se que o preconceito entre as diferentes etnias continuam e que muito é preciso ser feito para que as pessoas se assumam como realmente são. No Brasil, país multicultural, é fundamental que o índio, o negro e o europeu se tornem amantes de si mesmos e valorizem sua cultura. Só assim se construirá uma nação mais feliz e consciente de suas tradições culturais.

Ações estão sendo realizadas dentro da sala de aula no ensino fundamental I e II, com formações para professores da disciplina de História, através de estudos com vídeos, estudos das leis e pesquisas dentro de outras ações. Quanto à educação infantil, precisamos ter um cuidado maior, pois o preconceito deve ser destruído desde cedo. Devemos estimular em nossos alunos a aceitação da cultura afro-brasileira e a sua própria aceitação como ser humano, independente de qual for sua etnia.

A cultura que está presente em nossos dias, desde nossas raízes, nossos antepassados, língua, religião, dentre outros hábitos, demonstra o quanto precisamos estar preparados para a luta contra o racismo nas Américas. Sofrer preconceito e superar é uma conquista, conviver com ele é constrangedor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÂ, Amadou Hampâté. “A educação tradicional na África”. In: *Revista THOT* n. 64, 1997.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

BRASIL. Ministério da Educação. *Origens* (Mujuba: A Cor da Cultura, Parte 1).

BRASIL. *PCN* (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997).

DaMATTA, R. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia social*. Petrópolis: ROCCO, 2000.

FERREIRA, G. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

FONSECA, Selva Guimarães. *Fazer e ensinar História*. Belo Horizonte: Dimensão, 2009, 296p.

IPDH – Instituto Prisma de Desenvolvimento Humano 2013.

KÖCHE, J. C. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

Kit do programa *A Cor da cultura*. Disponível em www.acordacultura.org.br é composto por três DVDs para professores com dicas de utilização de conteúdo, DVD1- (2 epsódios)Origens e Fé ,DVD2(03 episódios) –Meio ambiente e Saúde ,Influências e literatura e oralidade e DVD3(2 epsódios)- Quilombos e comunidades e Festas.

Kit *História e Cultura Afro-Brasileira*. Disponível em www.sbjproducoes.com.br é composto de 1 livro + 4 DVDs Volume: 1 História da África e a chegada dos negros ao Brasil;Volume 2: A Cultura Afro-Brasileira; Volume: 3 Uma Enorme e fascinante viagem pela História da Língua Portuguesa e 4 volume: Variações Linguísticas - Aspectos da língua Portuguesa.

REDENÇÃO/CE. Secretaria da Educação. Projeto “*As cores de Redenção*”. Março de 2011.

MATTOS, Regiane Augusto. *História e Cultura Afro-Brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007, 224 p.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *Educação, Secretaria de Educação Básica*. 212p. (coleção explorando a História: ensino fundamental. Ministério do ensino; v.21) Brasília, 2010.

PEDREIRAS, Pai Joãozinho 7. *Cartilha de Umbanda: Somente para crianças*. São Paulo: Madras Editora Ltda, 2001, 54 p.

RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.

ROMERO, S. [1888]. “Fatores da literatura brasileira”. In: *História da literatura brasileira* (tomo1). Rio de Janeiro: Garnier, 1902, pp. 1-109.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria De Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 400 p. (Coleção Educação para Todos).

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & Marlene Cainelle. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção pensamento e ação na sala de aula).

SILVA, André Marcos de Paula. *História e Cultura afro-brasileira*. Curitiba: Expoente, 2008.

SILVA, Dilma de Melo. *Por que riem da África?* vol. 6. Coleção Percepções da Diferença. Negros e Brancos na Escola. São Paulo: Terceira Margem, 2009.

TAVARES BASTOS, A. C. [1861]. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.

VÁRIOS AUTORES. *Eles têm a cara preta!* Vol. 10. Coleção percepções da diferença. Negros e Brancos na Escola. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

